

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 05/2018****Data: 2018-03-05****Início: 14.31 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.04 horas****Presenças:**

| | |
|-------------------|-------------------------------------|
| Presidente | Anabela Gaspar de Freitas |
| Vereadores | José Manuel Mendes Delgado |
| | Hugo Renato Ferreira Cristóvão |
| | Célia Maria Nunes Azevedo Bonet |
| | Filipa Alexandra Ferreira Fernandes |
| | Luís Manuel Monteiro Ramos |
| | Hélder Duarte Henriques |

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018 -----

BALANCETE -----

N.º 01 – CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS VIAS RODOVIÁRIAS QUE INTEGRAM O DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TOMAR NO PÓS ACIDENTE (50/CPUB/DF/2017 - 3/CPUB/DF/2017)-----

N.º 02 – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DAS OLALHAS (6/ESPP/DGT/2017 - 4/INSTGT/DGT/2016) -----

PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----

N.º 03 – CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA LOCAL DE NATUREZA INTERMUNICIPAL PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA RESITEJO DENOMINADA RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, SA (748/ENTE/DAJA/2018 - 3/ENTEXT/PR/2013)-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----



N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (10/PPRC/PR/2018)-----

EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----

N.º 05 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA, DA RUA TORRES PINHEIRO E DA AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – FASE 1 - projeto de execução (1109/ENTE/DAJA/2018 - 7/ESPUEX/EPTH/2016)-----

N.º 06 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA PRACETA DR. RAÚL LOPES – DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROJETO BASE (6385/ENTE/DAJA/2017 - 8/ESPUEX/EPTH/2016)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

N.º 07 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – liberação parcial da caução (7853/ENTE/DAJA/2016 - 145/CONPUB/DOM/2013)-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 08 – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA PEDREIRA DENOMINADA VALE DE CAVALOS, FREGUESIA DE ASSEICEIRA – João Vitorino & Filhos, Comércio e Transportes, limitada (6813/ENTE/DAJA/2017 - 547/DIVER/DGT/2017)-----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (13/RJUE/DGT/2018 - 36/EDIF/DGT/2018)-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO FESTIVAL DE BANDAS COMENDATIO - Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social de Paço da Comenda (4/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018)-----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A BAILE DE FINALISTAS - Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria (5/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 12 – FESTA TEMPLÁRIA 2018 (32/PGEN/DTC/2018 - 2/ATIVEV/DTC/2018)-----

N.º 13 – CARNAVAL DE TOMAR 2018 - cedência de estacionamento (498/ENTE/DAJA/2018 - 1/ASSCUL/DTC/2015)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----



N.º 14 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS A ENCONTRO CONVÍVIO DE MOTOCROSS (5001/ENTE/DAJA/2017 - 4/APOIOS/UDJ/2014) -----

N.º 15 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS AO FREESTYLE SHOW 2017 (5403/ENTE/DAJA/2017) -----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: -----

N.º 16 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS NO ANO LETIVO 2017/2018 - JARDINS DE INFÂNCIA (4.ª FASE) e 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (5.ª FASE) (8/ESPP/UISE/2018 - 1/ADESC/UISE/2017)-----

N.º 17 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO 2017/2018 (4/ESPP/UISE/2018 - 1/ADESC/UISE/2018)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 18 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Associação de Patinagem do Ribatejo (7583/ENTE/DAJA/2017 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA - Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (7486/ENTE/DAJA/2017 - 10/CEDESP/UDJ/2014) -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 20 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 44 do Corpo Nacional Escutas (1229/ENTE/DAJA/2018 - 15/DIVER/PR/2013) -----

N.º 21 – MOÇÃO DE APOIO AO "MOVIMENTO PELO INTERIOR - EM NOME DA COESÃO" (1146/ENTE/DAJA/2018)-----

Sendo catorze horas e trinta e um minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de Atendimento ao Público.-----

Esteve presente o Sr. José Rosa Bernardino reiterando o assunto que colocou na reunião pública de quatro de setembro de dois mil e dezassete, para o qual ainda não foi dada solução. Recordou que, em mil novecentos e noventa e oito, pagou o ramal de abastecimento de água à casa onde reside há quarenta e três anos, sita em Casal Marmelo, mas o seu vizinho não autorizou a passagem dos tubos no seu terreno, a única serventia que tem, e ainda hoje não tem água da rede pública; a Câmara não deve ter documentos nenhuns porque, segundo lhe foi dito pelo Sr. Eng.º Azinheira, o seu processo foi destruído pelo presidente Carlos Carrão, mas tem fotocópias e pode facultá-las. Salientou que se abastece do poço do povo, com autorização do presidente da Junta de Freguesia, e que, recentemente, quase ficou sem água; só não aconteceu porque, entretanto, choveu. Disse que lhe custa viver em Tomar e tem vergonha de ser português; os autarcas e os ministros deviam olhar para o exemplo do



Presidente da República, um grande homem, que põe os pés no terreno, porque sem o fazerem não sabem o que as pessoas sofrem. Referiu que os canos que passam por cima do telhado do seu senhorio (infelizmente, já faleceu e não tem herdeiros; é ele quem está a pagar as contribuições do terreno e das casas para evitar penhoras e problemas), estão preparados e basta uma simples ligação e colocação do contador. Reportou que o mesmo vizinho que lhe negou autorização para a passagem dos canos mandou construir um muro/muralha com altura de doze fiadas de blocos (cerca de dois metros e oitenta) – já alvo de fiscalização – estando as águas canalizadas para o terreno onde tem árvores de furto e horta, o que não lhe parece correto.-----

A Sra. Presidente disse que foram colocadas duas questões distintas. No que se refere à questão apresentada em setembro, disse que solicitou informação aos serviços e que o historial do processo (sinal que não desapareceu) remete para ações que decorreram em Tribunal e para questões entre particulares, nas quais a Câmara não pode intervir; os serviços não podem entrar em propriedade privada pelo que, a manter-se a situação de o vizinho não autorizar a passagem da conduta para abastecimento de água, não poderão intervir. No que se refere à edificação do muro, disse que não poderá adiantar muito sem saber o que resultou da deslocação do fiscal ao local, sendo certo que, se o responsável tirou a licença e está a cumprir a legislação, mais uma vez estarão perante uma questão entre particulares. -----

O Sr. José Bernardino insistiu que há uma alternativa para a ligação da água, através dos canos que passam por cima do telhado do seu senhorio, por indicação do Presidente António Paiva.-----

A Sra. Presidente disse que não pode fazer o que está a ser pedido. -----

O Sr. José Bernardino pediu que, então, se utilize o ramal da casa do seu senhorio, que está do seu lado e só carece de ligação.-----

A Sra. Presidente reiterou que não pode mandar entrar em propriedade privada. -----

O Sr. José Bernardino referiu que o seu senhorio não tem herdeiros e é ele que, há três ou quatro anos, está a pagar a contribuição.-----

A Sra. Presidente disse que, não obstante, não é proprietário do terreno e talvez fosse de falar com um advogado.-----

O Sr. José Bernardino esclareceu que foi aconselhado por advogada a pagar porque estava em execução nas Finanças e podia ter problemas com isso, e que continua a depositar a renda mensalmente na CGD; pagou quase sete mil contos do seu bolso para reconstruir a casa de



que é arrendatário, que estava a cair, tendo o seu senhorio ficado de lhe pagar, o que nunca fez enquanto foi vivo, estando agora neste impasse.-----

A Sra. Presidente disse que vai chamar o senhor a uma reunião para, perante o processo, ser total e cabalmente esclarecido quanto às razões que impedem a intervenção do Município e ficar claramente demonstrado que não há falta de vontade em resolver a situação. Salientou que o terreno não deixa de ser privado por morte do seu proprietário. -----

O Sr. José Bernardino disse que compreende e que aceita a sugestão. -----

A Sra. Presidente recordou que foi oportunamente distribuído aos senhores vereadores o dossier entregue no dia da cidade pelos representantes da companhia das artes MuDaRa. -----

Esteve presente o Sr. Nuno Miguel Ramos Graça, em representação da MuDaRa – Companhia das Artes, por não terem conseguido alcançar o propósito de entregar o dossier pessoalmente aos senhores vereadores no dia da cidade, para, pelo menos, ficarem a conhecer os rostos desta associação cultural, sedeadada em Tomar, formalizada no dia sete de fevereiro por um conjunto de professores de música e de dança com o objetivo de produzir espetáculos profissionais de âmbito cultural tendo em conta que Tomar tem muitas condições históricas e patrimoniais que justificam que apareçam projetos profissionais que tentem ajudar no desenvolvimento cultural do concelho e da sua região. Referiu que a criação desta associação foi precedida de um trabalho desenvolvido desde o ano dois mil e doze com os municípios de Tomar (presença em Santander), Ferreira do Zêzere e Sardoal, onde desenvolveram vários espetáculos para as escolas e para a população. O projeto tem por base a literatura portuguesa, em complemento com a música e com a dança, e é constituído por doze profissionais de música (oitenta por cento trabalham em Tomar, na Gualdim Pais e na Canto Firme; os restantes tocam nas Orquestras do Porto e nas Sinfónicas e Metropolitana de Lisboa), quatro professores de dança (cinquenta por cento trabalha na escola de dança da Gualdim Pais; uma das bailarinas faz trabalhos para Olga Roriz) e dois designers. Disse que ambicionam um projeto estruturante para o concelho, pelo que faz sentido o envolvimento da autarquia, quer nos seus contornos finais, quer na criação de condições para a sua sustentabilidade e futura autossuficiência. Deu nota que já tiveram uma primeira reunião com a Sra. Vereadora Filipa Fernandes e que espera, entretanto, conseguir uma outra para ver como as coisas se estão a desenvolver no município, se há interesse ou não há, e qual é o tipo de apoio que lhes podem conceder, sendo certo que estará sempre disponível para a prestação de quaisquer esclarecimentos que sejam tidos por necessários.-----

O Sr. Vereador José Delgado agradeceu a entrega do dossier de apresentação, que mereceu



a sua atenção; considerou que é importante aparecerem grupos de jovens, ou não, a oferecer oportunidades novas, que complementam alguns dos grupos que já existem e que contribuem para enriquecer a cultura, a arte e o património; veem como muito positivo este tipo de projetos porque poderão ser uma alavanca para revitalizar espaços e dar a conhecer alguns aspetos da nossa sociedade, da nossa história e da nossa arte que, muitas vezes, andam esquecidos; não querem ficar só em Tomar e apostam na trilogia Convento de Cristo/ Mosteiro da Batalha/Mosteiro de Alcobaça, o que é positivo e vai de encontro a criar sinergias de forma a envolver todas estas potencialidades, o que também defendem; espera que sejam ativos, que não tenham vergonha de pedir e de avançar porque, se apresentarem projetos credíveis, certamente terão ajuda para dignificar ainda mais Tomar e ser mais uma voz, e mais um contributo, para dar a conhecer o concelho, que já é muito conhecido e que, tal como Portugal, está na moda. Garantiu que os vereadores do PSD estarão na primeira linha para dar o apoio que lhes for possível a todos os contributos com qualidade, de que Tomar precisa. -----

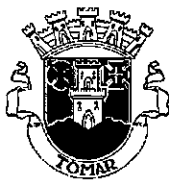
A Sra. Presidente perguntou quantos espetáculos têm prontos para apresentação.-----

O Sr. Nuno Graça disse que, antes da formalização da associação, o projeto era bastante mais reduzido (um trompete, um piano, uma percussão, dois cantores e duas bailarinas); com a nova composição e para a criação de originais vão precisar de tempo para que o compositor residente do grupo, ou outros, possa escrever a música e para ensaios, estando a apontar para setembro; há pessoas de fora de Tomar e têm que ser flexíveis quanto aos dias de ensaio e à disponibilização de espaço; nesta altura, têm os espetáculos que realizaram desde dois mil e doze, três para escolas e um para adultos. -----

A Sra. Presidente ofereceu a ajuda da Câmara na divulgação do projeto junto dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

O Sr. Nuno Graça aceitou essa ajuda e também, se for possível, a ajuda na venda de espetáculos porque seria um apoio à rentabilização do projeto, mas tendo sempre em atenção que precisam de tempo.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes disse que o projeto é muito interessante e faz todo o sentido a sua divulgação junto dos concelhos vizinhos, como sugeriu na reunião que tiveram. No que se refere aos pedidos de espaço para ensaios e de dinheiro, o assunto tem que ser devidamente analisado, em equipa: em termos financeiros, poderá entrar como apoio ao associativismo, a exemplo do que acontece com as demais associações; quanto ao espaço, terá que ser analisado com muito cuidado porque pretendem ser uma associação ligada ao Cineteatro Paraíso e é o único espaço do género que têm para dar resposta a cerca de



duzentas associações, à programação cultural do Município e a uma série de outras situações; não seria de todo justo nem equitativo limitar o espaço a uma só associação, mas vai ser estudada a melhor solução. -----

O Sr. Nuno Graça disse que pretendem ser um grupo residente do Cineteatro (não devem ter aparecido muitas propostas deste tipo em Tomar) para terem as condições mínimas para ensaio de um espetáculo, mas não querem monopolizar o espaço; estão conscientes que todas as associações têm direito a utilizar os espaços municipais, não querem roubar o espaço a ninguém e dependerá de haver flexibilidade e uma programação com antecedência; não vão ficar parados se essa possibilidade não se concretizar, mas terão que analisar uma alternativa, sendo certo que há casos de grupos residentes noutros locais, nomeadamente em Coimbra, no Porto, em Lisboa e em Aveiro; nessa qualidade teriam que, em troca, dar espetáculos ao Município. -----

A Sra. Presidente garantiu que estas questões serão discutidas em próxima reunião com a Vereadora. -----

Terminado o período de atendimento ao público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu conhecimento que, no passado dia três, o Município de Tomar esteve representado na Bolsa de Turismo de Lisboa, onde promoveu uma demonstração e prova de produtos locais de Tomar (vinho, licores, doçaria e azeite) assim como a promoção de eventos turísticos e culturais, com realce para a Festa Templária (com demonstração da Thomar Honoris) e para as Estátuas Vivas (com participação de estátua). Referiu que foi um dia bastante produtivo para Tomar, com uma excelente divulgação, onde as funcionárias do Município desempenharam um excelente trabalho. Referiu a distribuição pelos vereadores de flyers alusivos à Mostra da Lampreia, a decorrer até ao dia onze, à Mostra de Teatro Concelhia, a decorrer entre os dias sete e onze, e a um conjunto de eventos que irão ter lugar no corrente ano. -----

A Sra. Presidente referiu que, no dia um, de manhã, foram surpreendidos com a poluição do rio Nabão, que se foi agravando ao longo do dia e da noite, pelo que, no dia seguinte, foi apresentada uma queixa na GNR, na PSP e na Agência Portuguesa do Ambiente. Deu nota que o Ministério do Ambiente foi contactado e que, de imediato, se deslocaram ao local inspetores da APA, para recolha e avaliação da situação, os quais não detetaram qualquer anomalia nos valores normais à saída das ETAR de Seiça e de Formigais e referiram que o que se estava a ver no rio até podia resultar de fenómenos naturais, o que lhe parece pouco natural porque,



principalmente na sexta feira, também era sentido odor. Deu conta que, perante isto, a Câmara contratou um laboratório certificado para realizar uma bateria alargada de análises que possibilitem a deteção da(s) origem(ens) da poluição; parte dos resultados ficarão concluídos ainda esta semana e o restante na semana seguinte. Referiu que têm estado em constante comunicação com a Câmara Municipal de Ourém sobre esta matéria e que, hoje de manhã, sendo visível poluição no rio, aquela autarquia se deslocou às referidas estações de tratamento e constatou que, à saída, a água estava limpa. Deu conhecimento que a audiência com o Sr. Ministro do Ambiente está marcada para o dia sete e que aproveitará para manifestar desagrado pela avaliação mais superficial da Agência Portuguesa do Ambiente, porque todos viram e todos sentiram e não lhe parece que sejam fenómenos naturais. De seguida, comunicou que foram formalizadas duas candidaturas ao evento sete maravilhas à mesa, que associa gastronomia, vinhos, azeite e roteiros turísticos; uma das mesas foi feita pelo restaurante A Lúria e a outra pelo restaurante Chico Elias.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que, na reunião de dezanove de junho de dois mil e dezassete, foi aprovada uma proposta da Sra. Vereadora Sara Costa para abertura de procedimento de hasta pública com vista ao arrendamento de espaço municipal sito no jardim do Mouchão, designado quiosque, destinado a venda de gelados e bebidas; foram aprovadas pelo Executivo Municipal as respetivas condições gerais e o caderno de encargos para o procedimento proposto; passaram largos meses e não têm informação de que o processo tenha avançado, pelo que os **Vereadores do PSD requerem** a prestação dos seguintes esclarecimentos: em que ponto se encontra o procedimento de hasta pública com vista ao arrendamento do espaço; quais as razões para que o processo não tenha avançado; previsão para a data de lançamento do referido procedimento. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet passou a referiu algumas questões associadas às comemorações do dia da cidade, que entendem dever merecer reflexão. Referiu que, comemorando-se a um de março o aniversário de Tomar, não é aceitável que o Castelo de Tomar esteja encerrado; muitos turistas quiseram visitar o monumento e encontraram os portões fechados; se é certo que os trabalhadores têm direito ao dia feriado municipal como todas as pessoas que trabalham no concelho, têm que saber ultrapassar esse condicionalismo. Recomendou que haja diálogo entre o Município, a Direção Geral do Património Cultural e a direção do Convento de Cristo para que, nos próximos aniversários, o monumento esteja aberto e dele se possa usufruir num dia em que entendem essencial que haja essa ligação; foi ali que Tomar nasceu há mais de oitocentos anos e quem nos visita no dia um de março e vem



festejar o nosso aniversário deve poder ter acesso às muralhas do Castelo que está na génese daquilo que, hoje, é Tomar. Referiu a recusa da medalha por parte do encenador e diretor artístico da companhia de teatro Fatias de Cá, Carlos Carvalheiro, situação que julga ser inédita em Tomar e de que muito se tem falado; é preciso saber se foi feito o contato prévio e que resposta é que ele deu, o que é que está subjacente a esta recusa, uma vez que ele fala em ostracismo da Câmara em relação ao grupo; gostariam de compreender se ele explicou mais pormenorizadamente o que pensou sobre essa questão e o que está aqui em causa. Por outro lado, alguns tomarenses mostraram estranheza por não estarem presentes nas comemorações os antigos presidentes da Câmara Municipal de Tomar (Pedro Marques, António Paiva, Carlos Carrão e Corvelo de Sousa), pelo que perguntou se foram convidados ou qual a razão para não terem sido dado que, normalmente, fazem parte do protocolo. Mudando de assunto, referiu que, depois da precipitação mais intensa dos últimos dias, mas nada significativa, se verificaram algumas inundações em diversas ruas da cidade, nomeadamente no Flecheiro, na rua Joaquim Jacinto e perto da escola Santa Iria. Perguntou se as sargetas foram limpas atempadamente e o que é que originou estas inundações tão significativas perante a pouca chuva que se verificou. -----

A Sra. Presidente sugeriu à Sra. Vereadora que a recomendação que apresentou sobre a abertura do Castelo de Tomar pudesse revestir a forma de proposta para ser votada e constar de deliberação a manifestar o desagrado pela situação, porque terá mais força junto da Direção Geral do Património Cultural e da direção do Convento de Cristo. Informou que, este ano, os ex-autarcas não foram convidados porque encurtaram as cerimónias e também o protocolo. No que se refere às inundações verificadas, disse que a chuva não foi muita, mas foi intensa, e que o único caso preocupante ocorreu no Flecheiro porque a sargeta estava completamente entupida com carpetes e lixo diverso; depois de aberta e limpa, a situação regressou à normalidade; os coletores estavam em alta e se tivessem utilizado o camião de desentupir teriam saltado as tampas todas naquele percurso do coletor. Informou que as sargetas foram limpas em finais de setembro, princípios de outubro, sobretudo nos seis pontos mais críticos que estão identificados e que, durante a semana anterior, o camião de desobstrução andou nos pontos críticos, exceto neste do Flecheiro. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a situação que se verificou na semana anterior foi mais notória numa zona da cidade, onde havia lixo com alguma dimensão no sumidouro, devido à má prática dos habitantes em redor do mesmo, que acabaram por ser os mais afetados nesse dia. Quanto à questão da não aceitação da distinção pelo Carlos Carvalheiro,



referiu que, a exemplo do que já se verificou no mandato anterior, quando se iniciou a atribuição destas distinções, o Executivo Municipal definiu em janeiro, de forma reservada, por unanimidade, as entidades e personalidades merecedoras das distinções; todos os nomeados foram contactados por funcionária dos serviços da presidência antes da deliberação formal; de acordo com a informação de que dispõe, a personalidade referida terá dito "enfim... logo vejo ... não sei bem...", mas ao Município nunca foi comunicado que não queria receber a distinção ou que não estaria presente no ato. Salientou que o facto de a pessoa não querer receber a distinção não invalida a deliberação que foi tomada; a um nível mais pessoal, aceita a atitude, mas não lhe parece um argumento muito consistente confundir o executivo que, no corrente ano, tomou a decisão, com os supostos executivo, que, ao longo de trinta anos, trataram melhor ou pior a instituição, até porque, se calhar, se fossem por aí, todas as associações se queixariam dessa questão, algumas até mais. Referiu que muito mais pessoas e instituições merecerão ser homenageadas, mas só iniciaram este caminho há quatro anos e não podem, de um ano para o outro, inundar toda a gente de medalhas. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se existe algum motivo conhecido, algum litígio explícito entre o Fatias de Cá e o Município. -----

A Sra. Presidente disse que não. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão lembrou que, para além de muitos outros, na semana anterior, no âmbito das comemorações do aniversário da Casa do Concelho de Tomar, foi apresentado um espetáculo promovido pelo Fatias de Cá e pela Nabantina, para além de que também concorre à linha de apoio ao associativismo. -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que estas nomeações são importantes porque reconhecem o mérito dos tomarenses e das instituições nas diversas áreas; os vereadores do PSD participaram de uma forma absolutamente aberta e limpa nestas nomeações, que obtiveram unanimidade no Executivo Municipal; muitos ficaram e ficarão de fora, mas isto não pode ser um ato comum, tem que ser um ato de dignidade, e isso está a acontecer; depois é uma decisão individual se as pessoas se acham, ou não, em condições para receber o prémio; aos membros do Executivo compete nomear e consensualizar e isso aconteceu e é bom para Tomar. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que encurtar as cerimónias é distinto de encurtar o protocolo na parte correspondente aos ex-autarcas porque isso não terá acontecido devido às condições climatéricas que se faziam sentir. -----



A Sra. Presidente disse que foi uma decisão sua encurtar o protocolo de Estado que, habitualmente, é utilizado nas cerimónias do dia da cidade. -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que, a nível nacional e mundial, assiste a todos elevada preocupação face às intempéries e à falta de meios, e até de preparação, para enfrentar tais situações, destacando que, infelizmente, o passado fim de semana foi rico em situações dessas à escala mundial. Referiu que a falta de água, as chuvadas e as intempéries, os ventos fortes e os danos irreversíveis provocados por tais ações da natureza são uma realidade com que, em Tomar e no mundo, têm que lidar, muitas vezes sem saber como; no verão, ou antes, terão as ondas de calor, a esperada seca e os incêndios, que mais danos irreversíveis irão criar, realidade para a qual ninguém está preparado e para que todos contribuem ao longo dos anos com as violações que se têm feito nos sistemas, em termos ambientais e outros. Perante as situações muito complicadas com que, hoje, se deparam e tendo em conta as competências municipais, perguntou quais são os meios disponíveis e os meios preventivos para atacar essas situações, se existe algum levantamento dos danos ocorridos nesta fase, quais as fragilidades e quais as necessidades que têm para enfrentar tais situações e o que é preciso fazer para conseguir equilibrar esses danos, muitas vezes inesperados e irreversíveis, e de tal dimensão que se sentem pequenos para lidar com eles. Perguntou do que é que precisam em Tomar para conseguir minorar e defender de forma equilibrada o seu território; a pergunta é muito ampla, mas é uma matéria que encerra uma grande preocupação (dava um debate a nível concelhio e a nível nacional; têm que animar as águas para que haja alguma defesa até nas questões sociais; está muito frio e há muitas famílias e muitos idosos que passam frio) e, não sendo fácil, têm todos que fazer mais alguma coisa para minorar estas situações. -----

A Sra. Presidente referiu que lhe assiste a dúvida se foi um statement, com o qual concorda, ou se o Sr. Vereador pretende mesmo uma resposta, sendo certo que, neste caso, não conseguirá abordar a matéria em toda a sua vasta dimensão. Passou a partilhar algumas informações sobre a estratégia montada para acudir a situações de emergência: atendendo às alterações climáticas, a exemplo do que acontece em grande parte do país e do mundo, Tomar é atingido por fenómenos de curta duração e elevada intensidade (calor, frio, chuvas), os quais estão devidamente identificados e caracterizados na proposta de estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas que constará da ordem do dia da próxima reunião, para discussão e aprovação dos órgãos executivo e deliberativo; neste momento, estão a sentir os efeitos das chuvas e ocorreram dois deslizamentos de terras; numa dessas situações verificou-se a destruição de um muro e o arrastamento da conduta de abastecimento de água, que foi



de imediato resposta a título provisório; os serviços municipais e municipalizados estão organizados para intervir em situações de emergência: numa ocorrência em espaço urbano, a primeira intervenção compete aos Bombeiros que identificam as necessidades; estão sempre de prevenção os serviços do Departamento de Obras Municipais (maquinaria pesada), os serviços municipalizados e um grupo constituído para intervir ao nível da ação social; para as ondas de calor, Tomar é o único concelho do distrito que tem um plano de contingência, com o envolvimento de todos os presidentes das Juntas de Freguesia; está a decorrer em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar (Laboratório de Análise de Riscos) um estudo de medição de caudais do rio Nabão e seus afluentes, para que possam criar um mecanismo de controlo das cheias em meio urbano (até agora, a possibilidade de cheia é calculada a partir da deslocação ao Agroal; se o medidor estiver acima de determinado nível, têm cheias três ou quatro horas depois; há cerca de um ano, estão instalados medidores em diversos locais e está a ser feita a sua monitorização para criar padrões e poderem vir a ter uma central de controlo); em matéria de incêndios, ao abrigo de uma candidatura das CIM do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, há cobertura total do concelho através de câmaras de videovigilância, cuja central de monitorização está instalada no quartel dos Bombeiros; é importante evoluir para uma central de controlo e monitorização de ocorrências e este projeto com o IPT vai nesse sentido, para além de que permitirá avançar para um plano de contingência para as cheias. Referiu que o Município precisa de mais equipamentos e de mais recursos humanos para estas áreas e, sobretudo, de conseguir que cada pessoa se assuma como agente de proteção civil, seja para os incêndios, seja para as cheias, e, pela ação, contribua para um melhor ambiente no nosso território, o que não se consegue de um dia para o outro; não é descurado o trabalho de sensibilização e de despertar para o exercício da cidadania ao nível das escolas para que as crianças sejam veículos dessa mensagem para as suas casas. Referiu que, no corrente mês, designado mês da proteção civil, vão decorrer na área do município um conjunto de iniciativas: no dia dez, no auditório da Biblioteca, decorre um seminário onde vão ser abordadas algumas destas questões, nomeadamente a segurança contra incêndios em edifícios e como se comportar perante um incêndio, para a qual estão a ser convocadas as associações e se espera que a população também participe; ocorrem ações práticas sobre o comportamento perante um incêndio, nas Aboboreiras (espaço florestal) e na Choromela (espaço urbano); no dia catorze, numa vertente mais técnica, um seminário sobre a temática da preservação em cenários de catástrofe, em que são oradores o diretor do Laboratório da Polícia Científica e o coordenador do Gabinete Médico-Legal e Forense do Médio Tejo. -----



Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

O Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado não participou na votação por não ter estado presente na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dois de março de dois mil e dezoito, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, cento e treze mil, cento e noventa euros e sessenta e cinco cêntimos (3.113.190,65€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três euros e nove cêntimos (194.463,09€) em Operações Não Orçamentais.

N.º 01 - CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS VIAS RODOVIÁRIAS QUE INTEGRAM O DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TOMAR NO PÓS ACIDENTE-----

No seguimento das deliberações tomadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal a 14 de agosto e 11 de setembro de 2017, respetivamente, foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a concessão do serviço público de restabelecimento das condições de segurança das vias rodoviárias que integram o domínio público rodoviário do Município de Tomar no pós acidente, ao concorrente Eurosistra Portugal, limitada, e a aprovação da minuta do respetivo contrato, nos termos e com os fundamentos das informações n.ºs 259/2018 e 287/2018 da Divisão Financeira.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aprovar a concessão, ao abrigo do artigo 409.º do Código dos Contratos Públicos, do serviço público de restabelecimento das condições de segurança das vias rodoviárias que integram o domínio público rodoviário do Município de Tomar no pós acidente, ao concorrente Eurosistra Portugal, limitada, pelo valor da contrapartida económica de 180,00€, a pagar mensalmente ao Município de Tomar de forma sucessiva ao longo de um ano, renovável por iguais períodos até ao limite de três anos.



Mais deliberou aprovar a minuta do respetivo contrato, ao abrigo do n.º 1 do artigo 98.º do citado código. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DAS OLALHAS -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta de criação e delimitação da área de reabilitação urbana das Olalhas, nos termos da informação n.º 2402/2018 da Divisão de Gestão do Território, e respetiva submissão ao órgão deliberativo, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta e submetê-la ao órgão deliberativo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do regime jurídico da reabilitação urbana. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----

N.º 03 – CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA LOCAL DE NATUREZA INTERMUNICIPAL PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA RESITEJO DENOMINADA RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, SA-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o processo de constituição de empresa local, de natureza intermunicipal, a constituir sob a forma de sociedade anónima, adotando a denominação RSTJ – Gestão e Tratamento de resíduos, EIM, SA, nos termos e com os fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter o processo ao órgão deliberativo para que autorize o município a integrar a nova empresa intermunicipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em fevereiro pela Sra. Presidente, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Foram ainda presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em fevereiro pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y) e qq) do n.º 1 do referido artigo 33.º, e do n.º 4 do artigo 5.º do regime jurídico da urbanização e edificação. -----



A Câmara tomou conhecimento.-----

EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----

N.º 05 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA, DA RUA TORRES PINHEIRO E DA AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – FASE 1 - projeto de execução-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 32/2018 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução para a fase um da requalificação dos espaços exteriores da avenida Condestável Dom Nuno Álvares Pereira, rua Torres Pinheiro e avenida Combatentes da Grande Guerra, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o projeto de execução para a fase um da requalificação dos espaços exteriores da avenida Condestável Dom Nuno Álvares Pereira, rua Torres Pinheiro e avenida Combatentes da Grande Guerra.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e os Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos apresentaram a seguinte declaração de voto: "O projeto apresentado para a Requalificação dos Espaços Exteriores da Condestável D. Nuno Álvares Pereira, da Rua Torres Pinheiro e da Av. Combatentes da Grande Guerra, em fase de projeto de execução, procede a fase de lançamento de concurso, uma fase determinante, a um passo da execução das obras.-----

Este projeto reveste-se de elevada importância para Tomar, porque representa a oportunidade de dignificar a entrada na cidade e as vias que nos encaminham, até à Rotunda Alves Redol, através da Av. Condestável D. Nuno Álvares Pereira e da Rua Torres Pinheiro e até à estação de caminhos-de-ferro, através da Av. Combatentes da Grande Guerra, banhada pela Várzea Grande também em requalificação, portante uma oportunidade irreversível de criar uma imagem de excelência a Tomar e em simultâneo, revitalizar e criar uma nova dinâmica em termos de uso e de desenvolvimento, um polo de atração e um convite para a população de tomar e para o Turismo.-----

Após a sessão de apresentação e esclarecimento com o projetista, percebeu-se a dimensão do projeto e a sua filosofia, os seus pontos fortes e fracos, que tem como base requalificar o espaço público e dignificar os troços compostos pela Condestável D. Nuno Álvares Pereira, Rua Torres Pinheiro e Av. Combatentes da Grande Guerra, um traçado de ligação ao centro da



cidade, ao caminhos-de-ferro e estação rodoviária, um traçado e um espaço público, que tem de ter como principal objetivo, dar mais qualidade ao espaço público, ser mais atrativo, ser um exemplo em termos de ambiente, de lazer, de acessibilidades e por fim corporizar uma matriz, que seja um polo de desenvolvimento em termos de comércio e de serviços, que crie mais e melhores condições para atrair mais empresas e mais população, um conjunto sustentado, que tem de estar interligado com o resto da cidade e coma requalificação do projeto para a Várzea grande, também em estudo. -----

Assim, julgamos que o projeto apresentado fica muito aquém dos objetivos referenciados, pois não tem a dimensão que Tomar precisa e peca, em alguns princípios, que se consideram estruturantes e determinantes para o sucesso da intervenção, de onde se realçam os seguintes aspetos: -----

- Ao estreitar a largura das duas vias, tendo em vista o aumento de passeios, o controlo de velocidade e a melhoria em termos ambientais, esquece-se, que apesar dos princípios serem positivos, este é o principal eixo de acesso à cidade e de atravessamento para a zona norte, cuja alternativa não se vislumbra, a não ser que se criem novas travessias no rio a montante.
- Uma alternativa apontada para a diminuição da largura das vias na Av. Condestável D. Nuno Alvares Pereira e Rua Torres Pinheiro, tinha como base o desvio de tráfego para a Av. António Fonseca Simões e conseqüente para a Av. Combatentes da Grande Guerra, que nos parece totalmente desadequada e sem qualquer hipótese de sucesso, quer pelo seu acesso sob o viaduto dos caminhos-de-ferro, quer pelo seu perfil e pelas características da via, sem qualquer dimensão para absorver tal caudal de tráfego e em especial por ir introduzir na zona da estação elevados constrangimentos, que certamente não serão compatíveis com princípios e estudos desenvolvidos para a Várzea Grande, que visam uma requalificação de excelência, que não é compatível com o aumento significativo de tráfego nesta zona. -----
- Não havendo uma alternativa credível ao tráfego da Av. Condestável D. Nuno Alvares Pereira e Rua Torres Pinheiro, estreitando a via, vamos ter elevados constrangimentos ao nível das manobras de estacionamento, que obrigatoriamente terão de obstruir a as vias, logo mais paragens, mais demoras e menos segurança. -----
- Outro dos pontos fracos da solução apresentada, resulta na falta de qualquer alteração ao cruzamento na zona da "ARAL", que não tem qualquer alternativa para a atual situação, que contempla a requalificação das vias confinantes (Av. Condestável D. Nuno Alvares Pereira, Rua Torres Pinheiro e da Av. Combatentes da Grande Guerra) e não melhora a ligação de um dos pontos mais negativos da cidade, onde as demoras são insuportáveis e incompreensíveis. Não



está contemplada qualquer melhoria, nem rotunda, nem semáforos com sensores de gestão de tráfego, nada que melhore esta situação. -----

- Estão contemplados cerca de 175 lugares de estacionamento, que para uma zona tão extensa, fica aquém das necessidades, em especial, se tivermos em atenção que o projeto da Várzea grande irá diminuir o número de lugares de estacionamento e nesta fase, ainda não existe alternativa de compensação dos lugares perdidos. -----

- Duas ciclovias para uma cidade com as características de Tomar, parecem-nos excessivas e sem qualquer enquadramento com as restantes, que estão a ser planeadas nos restantes projetos de requalificação, que aleado ao tipo de piso em paralelepípedos de calcário, irão criar desconforto no uso, dos eventuais utilizadores, que irão estar sujeito aos efeitos da vibração, causados pela irregularidade de tais revestimentos. -----

- Curiosamente os pavimentos dos passeios serão lisos, à base de betão e resinas, em substituição da calçada portuguesa. Tais pavimentos lisos, habitualmente utilizados nas ciclovias e não em passeios, terão graves problemas de manutenção, quer pela fendilhação a que vão estar sujeitos, quer por eventuais aberturas de valas, que criarão danos irreversíveis nos passeios. Uma solução inadequada para o uso e funções. -----

- Os lancis e os acessos a garagens e oficinas, com cerca de 8cm de altura, parecem-nos um convite a serem galgados e a solução de estacionamento perpendiculares aos lancis, de encosto para as rodas dianteiras, antes dos lancis, terão elevados custos, em fase de manutenção e quando for necessário, alterar o estacionamento para criar um novo acesso aos edifícios, onde elevados custos surgirão. -----

- As árvores serão de médio porte e de folha caduca e a iluminação está prevista em Leds, situação positiva, tendo em vista as necessidades de sustentabilidade, no entanto era oportuno, a criação de postos de abastecimento para carros elétricos. -----

- Face à proximidade do Flecheiro/Etnia Cigana julga-se que a requalificação proposta, deve ter em atenção as necessidades desse espaço e que as obras da Av. Condestável D. Nuno Alvares Pereira, sejam antecedidas de ações de realojamento e de requalificação. -----

Tendo em atenção as considerações referenciadas anteriormente, julga-se que o projeto apresentado, deveria ter em atenção as preocupações referenciadas. -----

Assim, recomenda-se que o projeto bom para execução, tenha em atenção as preocupações e as propostas apresentadas. -----

Votação: Os vereadores eleitos pelo PSD, José Delgado, Célia Bonet e Luís Ramos, votaram favoravelmente o ponto 5 da ordem do dia, dado a necessidade e a importância de



requalificação de algumas zonas da cidade, no entanto, não poderiam deixar de esclarecer e deixar as suas propostas, opiniões e recomendações, sobre os elementos apresentados.”. -----

N.º 06 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA PRACETA DR. RAÚL LOPES – DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROJETO BASE -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 34/2018 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o relatório de apuramento e ponderação das participações durante o período de discussão pública do projeto base de requalificação dos espaços exteriores da praça Dr. Raúl Lopes, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o referido relatório e proceder à sua divulgação através do site do Município. -----

Mais deliberou mandar elaborar a versão final do projeto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – liberação parcial da caução -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1023/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a liberação do valor parcial da caução correspondente à passagem do segundo e terceiro anos após a receção provisória da obra de substituição da cobertura do Mercado Municipal de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou promover a liberação do valor parcial da caução correspondente à passagem do segundo e terceiro anos após a receção provisória da obra de substituição da cobertura do Mercado Municipal de Tomar, no valor de 3.325,68€ (três mil, trezentos e vinte cinco euros e sessenta e oito centimos), respeitantes a 45% do total de garantias em posse da Câmara Municipal, conforme proposto na informação que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 08 – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA PEDREIRA DENOMINADA VALE DE CAVALOS, FREGUESIA DE ASSEICEIRA – João Vitorino & Filhos, Comércio e Transportes, limitada -----



Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à pronúncia de João Vitorino & Filhos, Comércio e Transportes, limitada, no âmbito da audiência prévia da deliberação desfavorável ao reconhecimento do interesse público municipal na regularização da pedreira denominada Vale de Cavalos, Freguesia de Asseiceira, ao abrigo do regime excecional de regularização das atividades económicas, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a remessa do processo ao órgão deliberativo, para deliberação nos termos propostos na informação n.º 1416/2018 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta e submetê-la ao órgão deliberativo, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 01/1999/569 relativo a obras de remodelação e ampliação de uma habitação na rua Principal, n.º 34, em Corujo, União das Freguesias de Madalena e Beselga, em que são requerentes Humberto Polastrini Baptista Torres e Luís Pedro Polastrini Baptista Torres, submetendo ao Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos apresentados na informação n.º 2365/2018 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade do licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto na referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO FESTIVAL DE BANDAS COMENDATIO - Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social de Paço da Comenda -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a colocação de publicidade alusiva ao Festival de Bandas Comendatio, requerida pela Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social de Paço da Comenda, nos termos da



informação n.º 638/2018 da Divisão dos Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou autorizar a colocação de publicidade, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação, condicionada aos limites previstos no artigo 49.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A BAILE DE FINALISTAS - Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho referente à informação n.º 770/2018 da Divisão dos Assuntos Jurídicos e Administrativos, que autorizou a colocação e distribuição de publicidade alusiva ao baile de finalistas da Escola Secundária com terceiro ciclo Santa Maria do Olival, conforme requerido pelo Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 12 – FESTA TEMPLÁRIA 2018-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 285/2018 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo ao Executivo Municipal aspetos inerentes à realização da Festa Templária, entre 5 e 8 de julho do corrente ano, enquadrada no regulamento das mostras de recriação histórica do concelho de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, ao abrigo do regulamento das mostras de recriação histórica do concelho de Tomar, aprovar a realização da Festa Templária de 2018 nos termos propostos na referida informação, que homologa. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 – CARNAVAL DE TOMAR 2018 - cedência de estacionamento-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.º 148/2018 da Divisão de Turismo e Cultura e n.º 694/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela cedência de estacionamento no parque de estacionamento do pavilhão municipal para dez viaturas da



organização do Carnaval de Tomar, no período compreendido entre 9 e 13 de fevereiro, com o custo estimado de 935,00€ (novecentos e trinta e cinco euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das tarifas de estacionamento, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 14 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS A ENCONTRO CONVÍVIO DE MOTOCROSS -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1458/2017 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais a encontro convívio de motocross realizado no dia 17 de setembro de 2017, conforme solicitado pela Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS AO FREESTYLE SHOW 2017-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1993/2017 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais ao 1.º Freestyle Show.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: -----

N.º 16 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS NO ANO LETIVO 2017/2018 - JARDINS DE INFÂNCIA (4.ª FASE) e 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (5.ª FASE)-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 231/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição no ano letivo 2017/2018 de escalão A para subsídio de refeição a quatro alunos do primeiro ciclo do ensino básico e de subsídios especiais a duas crianças carenciadas dos jardins



de infância, estimados em 346,10€ (trezentos e quarenta e seis euros e dez cêntimos), pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir no ano letivo 2017/2018 os auxílios económicos propostos na referida informação e quadro resumo, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO 2017/2018-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 249/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o relatório final da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano letivo 2017/2018, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o relatório apresentado, ao abrigo da alínea c) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 18 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Associação de Patinagem do Ribatejo-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 200/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do pavilhão municipal Cidade de Tomar, no dia 8 de dezembro de 2017, para realização de atividades de preparação do esquema de grupo a apresentar na 12.ª Gala APR, conforme solicitado pela Associação de Patinagem do Ribatejo, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA - Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 199/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção



do pagamento devido pela utilização do pavilhão Dom Nuno Álvares Pereira, nos dias 7 e 20 de dezembro de 2017, para treinos da equipa de FUTSAL de Ferreira do Zêzere, conforme solicitado pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 20 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 44 do Corpo Nacional Escutas-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 648/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal ao Agrupamento 44 do Corpo Nacional de Escutas, para deslocação ao centro de recuperação do lobo ibérico, no dia 14 de abril, com o custo estimado de 389,00€ (trezentos e oitenta e nove euros), com eventuais portagens a cargo da referida entidade. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a cedência do autocarro municipal ao Agrupamento 44 do Corpo Nacional de Escutas, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – MOÇÃO DE APOIO AO "MOVIMENTO PELO INTERIOR - EM NOME DA COESÃO"-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a seguinte moção: -----

"Um grupo de personalidades constituído por autarcas, académicos e empresários, lançou recentemente o "Movimento pelo Interior – em nome da coesão". Os primeiros sete subscritores do movimento são: -----

- Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda e Presidente dos Autarcas Social Democratas -----
- Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real e Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas-----
- António Fontainhas Fernandes, Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas -----



- Nuno Mangas, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria e Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos de Portugal-----
- Fernando Nunes, Empresário e Presidente do Grupo Visabeira-----
- Rui Nabeiro, Empresário e Fundador do Grupo Delta -----
- José Silva Peneda, ex-Presidente do Conselho Económico e Social -----

Este movimento apartidário e abrangente procurará, no espaço de 12 anos ou três legislaturas, contribuir para a criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, normalmente associadas ao interior do nosso país.-----

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o Programa Nacional para a Coesão territorial incide sobre 165 municípios, dos 308 que compõem o país. - Ou seja, mais de metade da totalidade dos municípios portugueses podem ser caracterizados como sendo de interior. -----

Portugal é um país que, apesar de relativamente pequeno, apresenta uma enorme diversidade de realidades no seu território. Esta diversidade verifica-se ao nível dos costumes, da orografia, ou da cultura. No entanto, as grandes diferenças entre territórios, aquelas que nos devem preocupar enquanto país e nomeadamente enquanto autarcas, são as que se verificam ao nível do desenvolvimento, quer desenvolvimento social, quer desenvolvimento económico, passando naturalmente pelas questões demográficas, etárias, das acessibilidades, do emprego e da competitividade, entre outros. -----

Entre 1960 e 2011, a população residente portuguesa aumentou aproximadamente 20%, passando de 8.292.500 para 10.047.621 habitantes. No conjunto dos territórios do interior a tendência é inversa. Verifica-se, para o mesmo período, uma perda na ordem dos 30% de população. -----

Portanto, o primeiro problema estrutural que o interior deve enfrentar é o da perda de população. Para contrariar esta realidade é necessário promover a fixação daqueles que ainda resistem nesta parte do território e a atração de novos habitantes. Esta abordagem dual, de não só fixar os residentes, como atrair novos residentes, está relacionada diretamente com o segundo problema que enfrentamos: o envelhecimento da população. -----

Analisando os últimos 30 anos, entre 1981 e 2011, a população jovem regrediu 11%, a população ativa aumentou sensivelmente 1%, e a população idosa cresceu quase 10% no conjunto dos concelhos de Portugal continental.-----

E como assistimos a uma perda importante de população em volume, que leva a uma



diminuição da densidade populacional e do número de utentes de serviços públicos, os gestores dos vários serviços centrais, baseados nas sua folhas de Excel, cortam! Diminuem a presença do estado e dos serviços públicos no interior, desprezando o facto de diminuírem a qualidade de vida nestes territórios e de provocarem, em última análise, a continuação do ciclo de perda de população.-----

Como exemplo, refira-se que, apenas nos últimos 5 anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1027 foram no interior. Relativamente às unidades de saúde de proximidade (extensões de saúde), o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior. -----

Estes são apenas alguns dos indicadores que demonstram a existência de um país a várias velocidades, onde a coesão territorial e convergência interna não existem e demonstram uma tendência de degradação, se nada for feito. Todo este contexto social e demográfico, associado a problemas de acessibilidade, ao desinvestimento por parte do estado central e à falta de políticas públicas descentralizadoras, criaram no interior do país o estigma de uma região desinteressante do ponto de vista económico, onde a atração de investimento é difícil e onde a geração de emprego e riqueza não é comparável à faixa litoral de Portugal. -----

A elevada concentração empresarial, industrial, de serviços e consequentemente de população nas áreas metropolitanas, criou uma série de constrangimentos a nível social e de planeamento. -----

Verifica-se que uma parte significativa da perda de população do interior advém de migrações desta para a zona litoral, mais desenvolvida e percebida como geradora de mais oportunidades. -----

Como é hoje evidente, a excessiva concentração de população em determinadas áreas urbanas, nomeadamente as áreas urbanas de maior dimensão, é potenciadora da existência de problemas sociais, da sobrecarga de serviços de saúde, de escolas e serviços educacionais, de redes de apoio social, entre outros. A gestão destes territórios começa a afigurar-se como extremamente difícil, extremamente cara e absolutamente desviada de qualquer conceito de qualidade de vida. -----

Como se vê, portanto, ignorar uma parte significativa do território nacional, ou dificultar a permanência nestas zonas de pessoas e negócios, é mau para o interior e é igualmente mau para o litoral. A defesa do interior e da sua convergência nunca poderá ser encarada como adversária, mas sim complementar do desenvolvimento do litoral e consequentemente do País como um todo. -----

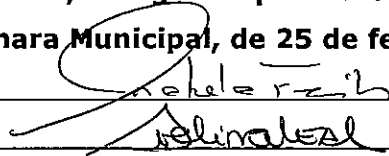


Por tudo o acima descrito, o Município de Tomar, consciente desta realidade e da urgência em promover uma inversão da mesma, declara o seu apoio ao "Movimento Pelo Interior – em nome da coesão", acreditando que está reunido um conjunto de personalidades que conhece o território e tem capacidade e competências para atuar, concretamente, na alteração do paradigma do interior de Portugal."-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Moção e dar conhecimento da presente deliberação aos identificados subscritores do Movimento Pelo Interior – em nome da coesão.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quatro minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---


Avelina Maria Lopes Leal